



***ATENÇÃO:** Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a

PEÇA PROFISSIONAL. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06 (seis) deste caderno.

2002189391466401

DIREITO DO TRABALHO

1	AO ILUSTRADO JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE SETE LAGOAS/MS
2	Nelson Aziz, qualificação e endereço completos, com respeitosa mente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado adiante assinado (procuração anexa), com fundamento no art. 840, "caput" e parágrafo 1º da CLT PROPR
3	
4	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA por ato ordinário
5	
6	em face de Alfa Ltda. qualificação e endereço completos pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:
7	
8	1. MÉRITO
9	1. Reversão da justa causa
10	O reclamante foi dispensado por justa causa em 22/04/2018, por alegação de conduta inadequada conforme anotação feita pela reclamada em sua CTPS.
11	
12	A dispensa por justa causa foi indevidamente aplicada, pois tal motivo não consta do rol do art. 482 da CLT que dispõe sobre as hipóteses aptas a ensejar a dispensa injusta.
13	
14	
15	Diante do exposto requer a reversão da justa causa, seja esta convertida em dispensa injusta e que a reclamada pague as verbas rescisórias cabíveis ao reclamante conforme o disposto no art. 477 da CLT. Requer ainda nos termos do art. 491, parágrafos 4º e 5º da CLT a condenação da reclamada à multa de 1/2 salário mínimo prevista no art. 52 sendo em vista a anotação decorrente da conduta na CTPS do reclamante, no importe de R\$.
16	
17	
18	
19	
20	
21	2. Diferenças salariais.
22	A CTPS do reclamante contém a anotação de função como sendo auxiliar de serviços gerais o que exercia na realidade a função de técnico de informática. O salário que recebia era de R\$ 1200,00, no entanto conforme convenção coletiva da categoria o salário da função de técnico de informática é de R\$ 1200,00.
23	
24	
25	
26	
27	Portanto requer a condenação do reclamante as diferenças salariais variadas entre a função efetivamente exercida de técnico de informática e a registrada em sua CTPS.
28	
29	
30	Diante do exposto requer o pagamento das diferenças salariais no importe

44112 - 08012010073212

PEÇA PROFISSIONAL – PÁGINA 2/5



***ATENÇÃO:** Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a PEÇA PROFISSIONAL. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06 (seis) deste caderno.

2002189391466402

DIREITO DO TRABALHO

31	de de RH durante o contrato de trabalho. De que ainda seja a CTPS retifi-
32	cada para a mesma função de técnico de informática conforme o art. 2º "caput"
33	da CLT e também a remuneração correta do reclamante.
34	3. Horas extras
35	O reclamante cumpria a jornada de 20h às 5h de segunda-feira a sábado com
36	função de 20 minutos correspondentes aos intervalos para refeições.
37	Conforme previsão do art. 4º, XIII e XIV da CF a duração do trabalho não
38	excederá a 8 horas diárias e 44 horas semanais, ainda conforme a previsão
39	do art. 58 da CLT são devidas ao reclamante as horas extras e reflexos
40	referentes às horas que excedem as 44ª hora, o reclamante cumpria
41	jornada de 48 horas semanais, e devido o acréscimo de 50% conforme art. 59 da CLT
42	Diante do exposto requer a condenação da reclamada ao pagamento
43	de todas as horas que excedem a 44ª hora semanal nos termos do art. 59, § 1º da
44	CLT e reflexos nas verbas rescisórias... R\$.
45	4. Intervalo intrajornada
46	No curso do contrato de trabalho embora o reclamante tenha cumprido a
47	jornada das 20h às 5h usufruía de apenas 20 minutos para intervalos
48	para refeições.
49	A CLT dispõe no art. 4º "caput" que nas jornadas que excedam as 6 ho-
50	ras diárias e devida a concessão de intervalos de no mínimo 1 e no máxi-
51	mo 2 horas para alimentação e descanso. Devidos ao reclamante os
52	40 minutos não usufruídos diariamente a título de intervalos intra-
53	jornada nos termos do art. 4º, § 4º da CLT.
54	Diante do exposto requer a condenação da reclamada ao correspon-
55	dente pagamento dos intervalos usufruídos com acréscimo de 50%
56	sobre o valor da hora normal... R\$.
57	5. Adicional noturno.
58	O reclamante trabalhava em jornada das 20h às 5h.
59	Nos termos do disposto no art. 4º "caput" e parágrafos 5º e 6º da CLT
60	o trabalho exercido no período compreendido entre as 22h e 5h era noturno

44113 - 08012010073212

PEÇA PROFISSIONAL - PÁGINA 3/5



***ATENÇÃO:** Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a **PEÇA PROFISSIONAL**. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06 (seis) deste caderno.

2002189391466403

DIREITO DO TRABALHO

61	- chamada com acréscimo de 20% sobre o pago relativo à hora cheia, na além
62	da hora normal da duração de 52 minutos e 30 minutos.
63	Diante do exposto requer a condenação da reclamada ao pagamento
64	do adicional noturno do reclamante seja vista a jornada por ele
65	cumprida que compreenda o período descrito no art. 73 da CLT e col.
66	§.dacl.
67	6. Divergência de contas
68	O reclamante sofreu divergências sobre a rubrica de FGTS em seu
69	contracheque durante o contrato de trabalho.
70	nos termos do art. 15 da Lei 8036/90 e o empregador
71	realizou depósito a título de fundo de garantia do tempo de serviço
72	assim nos termos do art. 462 da CLT eles são devidos aos valores
73	descontados a título de FGTS.
74	Diante do exposto requer a divergência das contas.
75	7. Justiça gratuita
76	O reclamante encontra-se desempregado atualmente em con-
77	dições de custear a apresentação.
78	nos termos do art. 790, § 3º da CLT ele é devido de ferren-
79	- to da justiça gratuita por não ter meios de arcar com os custos,
80	e ainda conforme previsto nos arts. 98 e seguintes do CPC.
81	Diante do exposto requer a concessão da justiça gratuita.
82	8. Honorários advocatícios.
83	Requer o el condenação da reclamada ao pagamento de
84	honorários advocatícios no importe de 15% nos termos do art.
85	101-A da CLT.
86	Pedeidos: seja reclamada condenada a
87	al reconvão da justa causa e pagamento das verbas rescisórias bem
88	como anotação na C-PS do reclamante e multa pela anotação omissiva
89	RA.
90	b) de ferrengs salariais apuradas entre a função efetivamente exercida



2002189391466404

***ATENÇÃO:** Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a PEÇA PROFISSIONAL. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06 (seis) deste caderno.

DIREITO DO TRABALHO

91	e a aquela registrada em sua C/RS ... RS anotação na C/RS
92	para constar a função e salário reais.
93	e) pagamento de horas extras ... RS e reflexos nas verbas reser-
94	vas.
95	d) pagamento de creche ou escola obrigatória não usufruído RS
96	e) pagamento de adicional noturno ... RS
97	f) dedução dos descontos efetuados RS .
98	g) diferimento da justiça gratuita.
99	h) condenação da reclamada em honorários advocatícios
100	em 15% do valor da causa ... RS
101	Requerimentos finais.
102	a) Requer seja a reclamada notificada para comparecer
103	à audiência designada.
104	b) Requer seja a presente ação julgada procedente e a recla-
105	mada condenada conforme pedidos.
106	c) Requer a produção de provas por todos os meios em direito
107	admitidos, especialmente juntada de documentos, prova
108	desumbral e oitiva das partes.
109	Da-se à causa o valor de RS .
110	nestes termos
111	peço diferimento.
112	social e data
113	Assinado
114	DAB n.º
115	
116	
117	
118	
119	
120	

44115 - 08012019073213

PEÇA PROFISSIONAL – PÁGINA 5/5



2002189391466405

***ATENÇÃO:** Utilize as 05 (cinco) primeiras páginas para transcrever a **PEÇA PROFISSIONAL**. Caso utilize um número inferior de páginas para sua resposta, as demais deverão permanecer em branco. As questões práticas devem ser respondidas a partir da página 06 (seis) deste caderno.

DIREITO DO TRABALHO

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

44116 - 08012019073213

QUESTÃO 1



***ATENÇÃO:** Espaço destinado para responder à **QUESTÃO**

PRÁTICA Nº 01. Em hipótese alguma transcreva a resposta de outra questão no espaço abaixo e não ultrapasse o limite de 30 (trinta) linhas, sob pena de ter o texto desconsiderado para avaliação.

2002189391466406

DIREITO DO TRABALHO

1	A) Não. Ainda que Vitória seja contratada diretamente pelo comec não
2	entra gram a categoria dos lançados, conforme dispõe a súmula
3	254 do TST.
4	
5	B) Não deveria ser realizada a prova pericial porque na 2ª pensão legal
6	no art. 193, II, da Ct. de que a atividade é perigosa, estando
7	portanto dispensada a realização da perícia prevista no art. 195 da
8	Ct. É incontroversa a presença da periculosidade haja vista a pensão
9	legal.
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

44117 - 08012010073213

QUESTÃO 2



***ATENÇÃO:** Espaço destinado para responder à **QUESTÃO**

PRÁTICA Nº 02. Em hipótese alguma transcreva a resposta de outra questão no espaço abaixo e não ultrapasse o limite de 30 (trinta) linhas, sob pena de ter o texto desconsiderado para avaliação.

2002189391466407

DIREITO DO TRABALHO

1	A) Apresentar a exceção de incompetência territorial no prazo de até
2	5 dias contados do recebimento da notificação para audiência, con-
3	forme a disposição do art. 800 caput da Ct. Sua requerer a remessa
4	dos autos a uma das varas de São Paulo já que este é o juízo competente
5	conforme o art. 651 da Ct. "caput" da Ct.
6	
7	B) Primeiro deve ser sustentado que a empregada exercia cargo
8	de confiança estando permitida a sua transferência desde que
9	comprovada a necessidade conforme o art. 469 § 1º da Ct.
10	Segundo deverá ser sustentado em defesa que o adicional de trans-
11	ferência só é devido quando esta for provisória, não no caso
12	de Bahia, seu caso foi de transferência definitiva. Logo, não lhe é
13	devido o pagamento de adicional conforme a previsão do art. 469,
14	parágrafo 3º da Ct. e a nela conforme a OJ 113 da SDI-1.
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

44118 - 08012019073213

QUESTÃO 3



2002189391466408

***ATENÇÃO:** Espaço destinado para responder à **QUESTÃO PRÁTICA Nº 03**. Em hipótese alguma transcreva a resposta de outra questão no espaço abaixo e não ultrapasse o limite de 30 (trinta) linhas, sob pena de ter o texto desconsiderado para avaliação.

DIREITO DO TRABALHO

1	A) A consequência legal de tal ato praticado pelo empregador é a rescisão sem justa causa do contrato de trabalho constante disposto no art. 474 da Ctt. haja vista o prazo prazo máximo para suspensão do empregado ser de 30 dias.
2	
3	
4	
5	
6	B) A medida é a interposição de recurso ordinário no prazo de 8 dias, conforme dispõe o art. 895, I da Ctt.
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

44110 - 08012019073213

QUESTÃO 4



2002189391466409

***ATENÇÃO:** Espaço destinado para responder à **QUESTÃO**

PRÁTICA Nº 04. Em hipótese alguma transcreva a resposta de outra questão no espaço abaixo e não ultrapasse o limite de 30 (trinta) linhas, sob pena de ter o texto desconsiderado para avaliação.

DIREITO DO TRABALHO

1	A) O prazo máximo de vigência de uma convenção coletiva de trabalho
2	é de 2 anos consoante disposição do art. 614, parágrafo 3º
3	da Clt.
4	
5	B) Apresentará a taxa de que as contribuições foram feitas de mo-
6	edas após autorização prévia e expressa do reclamante, nos termos.
7	
8	B) Apresentará a taxa de legitimidade nos termos do art.
9	337, XI, CPC - alegaria a legitimidade na preliminar de
10	contestação, pois o elemento foi revertido ao sindicato e
11	não à empresa. e requereria a extinção sem resolução do mérito
12	nos termos do art. 485, VI do CPC.
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

44120 - 08012019073213

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 20/01/2019

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

“O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo.” Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

PADRÃO DE RESPOSTA - PEÇA PROFISSIONAL – C007072

Enunciado

Nelson Aviz procura você, como advogado(a), afirmando que foi empregado da sociedade empresária Alfa Ltda. na sede desta, localizada em Sete Lagoas/MG, de 17/12/2017 a 28/04/2018, tendo exercido, na prática, a função de técnico de informática. Nelson informa que foi despedido por justa causa, apesar de não ter feito nada de errado, não recebendo qualquer indenização, mas apenas o saldo salarial do último mês; que a empresa não integrava, para fim algum, o salário-família que Nelson recebia; que trabalhava de segunda-feira a sábado, das 20h às 5h, com intervalo de 20 minutos para refeição; que o local de trabalho era de difícil acesso e não servido por transporte público regular, pelo que a empresa fornecia o transporte para ir ao trabalho e voltar dele, de forma que Nelson demorava uma hora no trajeto de ida e outra uma hora no de volta; que realizou exame médico na admissão; que Nelson tem uma irmã que trabalha na mesma sociedade empresária, exercendo a função de programadora de jogos digitais. O trabalhador exhibe cópias dos contracheques, nos quais há, na parte de crédito, salário de R\$ 1.200,00 e uma cota de salário-família; já na parte de descontos, há INSS, vale-transporte e FGTS. Nelson ainda exibiu sua CTPS, na qual consta admissão em 17/12/2017 e saída em 28/04/2018, na função de auxiliar de serviços gerais; na parte de anotações gerais, há anotação de que o empregado foi dispensado por justa causa em razão de conduta inadequada. Em pesquisa pela Internet, você localiza a convenção coletiva da categoria de Nelson, com os pisos normativos para todas as funções desempenhadas na sociedade empresária Alfa, dentre elas os seguintes: auxiliar de serviços gerais: R\$ 1.200,00; técnico em informática: R\$ 1.800,00; programador: R\$ 3.500,00; e engenheiro de computação: R\$ 6.000,00.

Elabore a peça prático-profissional que melhor defenda os interesses de Nelson, sem usar dados ou informações que não estejam no enunciado. **(Valor: 5,00)**

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

Nos casos em que a lei exigir liquidação de valores, não será necessário que o examinando a apresente, admitindo-se que o escritório possui setor próprio ou contratado especificamente para tal fim.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 20/01/2019

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

“O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo.” Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

Gabarito Comentado

Deverá ser redigida uma Petição Inicial de Reclamação Trabalhista endereçada ao juízo do Trabalho de Sete Lagoas/MG. As partes deverão ser qualificadas. Deverá ser requerida a anulação da justa causa porque o trabalhador não cometeu nenhuma das irregularidades previstas no

Art. 482 da CLT, sendo da empresa o ônus de comprovar a falta grave praticada pelo empregado, conforme Arts. 818, II, da CLT e 373, II, do CPC e, conseqüentemente, deve ser postulado o pagamento das verbas resilitórias típicas: aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, formulários para saque do FGTS e indenização de 40% sobre o FGTS. Deverá ser requerido o pagamento de horas extras com adicional de 50% pelo excesso de jornada, das 20.00 às 5.00 h, conforme os Arts. 7º, inciso XIII, da CRFB/88 e 58 da CLT.

Deverá ser requerido o pagamento de 40 minutos diários com adicional de 50% pelo intervalo intrajornada desrespeitado, conforme o Art. 71, § 4º, da CLT.

Deverá ser requerido o pagamento do adicional noturno de 20% sobre a jornada cumprida a partir das 22.00h, conforme o Art. 73 da CLT.

Deverá ser requerida a retificação da CTPS para constar a verdadeira função exercida, conforme o Art. 29 da CLT e o Precedente Normativo 105 do TST, além da diferença salarial entre as funções de técnico de informática e auxiliar de serviços gerais, conforme previsto na norma coletiva da categoria.

Deverá ser requerida indenização por dano moral pela anotação de penalidade na CTPS do autor, conforme o Arts. 29, § 4º, da CLT, 223-C, CLT e 8º da Portaria 41 do Ministério do Trabalho.

Deverá ser requerida a devolução do desconto de FGTS, pois se trata de obrigação do empregador, conforme os Arts. 15 da Lei nº 8.036/90, 27 Decreto 99684/90 e 7º, inciso III, da CRFB/88.

Deverá ser requerido o pagamento de honorários advocatícios, conforme o Art. 791-A da CLT.

Deverá ser requerida a procedência dos pedidos, a indicação das provas que a parte pretende produzir e o valor atribuído à causa.

Fechamento.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 20/01/2019

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

"O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo." Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
Endereçamento 1. Juízo do Trabalho de Sete Lagoas/MG (0,10) 2. Qualificação do autor (0,10) e do réu (0,10) Fundamentos e Pedidos 3. Anulação da dispensa por justa causa porque o autor não praticou falta grave prevista em Lei (0,30). Indicação Art. 482, CLT (0,10) Ou O ônus de provar a falta grave (justa causa) é do empregador (0,30). Indicação art. 818, II, CLT OU 373, II, CPC (0,10) Ou Pelo princípio da continuidade da relação de emprego, o ônus da prova da justa causa é do empregador (0,30). Indicação Súmula, 212 TST (0,10)	0,00/0,10 0,00/0,10/0,20
4. Verbas resilitórias: aviso prévio (0,10), 13º salário proporcional (0,10), férias proporcionais + 1/3 (0,10), formulários para saque do FGTS (0,10), indenização de 40% sobre o FGTS (0,10)	0,00/0,30/0,40
5. Horas extras com adicional de 50% pelo excesso de jornada (0,40). Indicação do Art. 7º, XIII, CRFB/88 OU Art. 58, CLT (0,10)	0,00/0,30/0,40
6. 40 minutos diários pelo intervalo desrespeitado, com adicional de 50% (0,40). Indicação Art. 71, § 4º, CLT (0,10)	0,00/0,10/0,20/ 0,30/0,40/0,50
7. Adicional noturno sobre a jornada cumprida a partir das 22.00 h (0,40). Indicação Art. 73, CLT (0,10)	0,00/0,40/0,50
8. Retificação da CTPS para constar a verdadeira função (0,20). Indicação Art. 29, CLT ou PN 105, TST (0,10)	0,00/0,40/0,50
9. Pagamento da diferença salarial pelo piso da função exercida (0,20). Indicação da Convenção Coletiva (0,10)	0,00/0,40/0,50
10. Indenização por dano moral pela anotação de penalidade na CTPS do autor (0,40). Indicação Art. 29, § 4º, CLT OU Art. 223-C, CLT, OU Art. 8º Portaria 41 do Ministério do Trabalho (0,10)	0,00/0,20/0,30 0,00/0,20/0,30
11. Devolução do desconto de FGTS, pois se trata de obrigação do empregador (0,30). Indicação Art. 15 da Lei nº 8.036/90 OU Art. 7º, III, CRFB/88 OU art. 27 Decreto 99684/90 (0,10)	0,00/0,20/0,30
12. Requerimento de honorários advocatícios (0,30). Indicação Art. 791-A, CLT (0,10)	0,00/0,40/0,50
13. Requerimento de procedência dos pedidos (0,10)	0,00/0,40/0,50
14. Indicação das provas que pretende produzir (0,10)	0,00/0,40/0,50
15. Indicação do valor da causa OU dos valores de cada pedido (0,10)	0,00/0,40/0,50
Fechamento	0,00/0,30/0,40
16. Local, data, advogado e inscrição OAB (0,10)	0,00/0,30/0,40
	0,00/0,10
	0,00/0,10
	0,00/0,10
	0,00/0,10
	0,00/0,10

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 20/01/2019

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

“O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo.” Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1 – B007268

Enunciado

Vitor e Vitória trabalham como vigilantes na mesma agência do Banco Cifrão S.A. Ele é vigilante terceirizado e ela é vigilante contratada diretamente pelo banco. Ambos trabalham em escala de 12 x 36 horas, conforme acertado na convenção coletiva da categoria.

De acordo com a situação apresentada e com os termos da CLT, responda aos itens a seguir.

A) Os empregados citados integram a categoria dos bancários? Justifique. **(Valor: 0,65)**

B) Em eventual reclamação trabalhista, com pedido de adicional de periculosidade não pago a ambos os

empregados durante o contrato, deveria ser realizada prova pericial? Justifique. **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Gabarito comentado

A) Nenhum deles é bancário, porque o vigilante integra categoria profissional diferenciada, conforme o Art. 511, § 3º, da CLT e a Súmula 257 do TST.

B) Desnecessária a realização de perícia, porque o vigilante tem direito ao adicional de periculosidade em razão de preceito legal, conforme o Art. 193, inciso II, da CLT e Anexo III da NR 16, incluído pela Portaria 1.855/2013.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
A. Nenhum deles é bancário, porque o vigilante integra categoria profissional diferenciada (0,55) . Indicação Art. 511, § 3º, CLT OU Súmula 257 TST (0,10) . B.	0,00/0,55/0,65
Desnecessária a realização de perícia, porque o vigilante tem direito ao adicional de periculosidade por força de Lei (0,50) . Indicação Art. 193, II, CLT OU Anexo III da NR 16 OU Portaria 1.855/2013 (Ministério do Trabalho) (0,10) .	0,00/0,50/0,60

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

Aplicada em 20/01/2019

"O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo." Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 2 – B007274

Enunciado

Patrícia foi empregada em uma sociedade empresária de gerenciamento de franquias por 8 anos. Inicialmente trabalhou em Maceió/AL e, pelo bom trabalho realizado ao longo do tempo, foi promovida a um cargo de confiança e transferida para São Paulo/SP, com todas as despesas custeadas pela sociedade empresária. Patrícia mudou-se com a família, comprou um imóvel, matriculou seus filhos numa boa escola paulista e permaneceu em São Paulo por 5 anos. Ao final desse período, a sociedade empresária, afetada pela crise econômica, encerrou suas atividades em 10/10/2018, o que acarretou a dispensa da funcionária. Após a dispensa, Patrícia mudou-se para o Rio de Janeiro, local onde ingressou com ação trabalhista requerendo o pagamento do adicional de transferência pelo período em que trabalhou em São Paulo.

Considerando o caso narrado, como advogado(a) da sociedade empresária, responda aos itens a seguir.

A) Sabendo que a sociedade empresária não possui qualquer unidade no Rio de Janeiro e que nunca manteve atividade nesse local, qual a medida processual que você deverá adotar em relação ao ajuizamento da ação trabalhista nessa unidade da Federação? Justifique. **(Valor: 0,65)**

B) Com relação ao pedido da ação, o que você deverá sustentar em defesa? Justifique. **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Gabarito comentado

- A) Deverá ser apresentada exceção de incompetência territorial, na forma do Art. 800 da CLT.
- B) Deverá ser alegado o não cabimento do adicional de transferência, por esta ser definitiva, conforme o Art. 469, § 3º, da CLT e OJ 113 do TST.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
A. Deverá ser apresentada exceção de incompetência territorial OU em razão do lugar (0,55) . Indicação Art. 800, CLT (0,10) .	0,00/0,55/0,65
B. Deverá ser alegado o não cabimento do adicional de transferência, por esta ser definitiva (0,50) . Indicação Art. 469, § 3º, CLT OU OJ 113 TST (0,10) .	0,00/0,50/0,60

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Aplicada em 20/01/2019

ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

"O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo." Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência."

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 3 – B007276

Enunciado

Ronaldo foi acusado de ato de indisciplina no ambiente da empresa em que trabalha. Em razão dessa acusação, foi suspenso por 60 dias. Ronaldo procurou você como advogado(a) para uma consulta, enquanto ainda estava suspenso, aduzindo que não pretendia continuar trabalhando na empresa.

A partir dos dados apresentados, responda aos itens a seguir.

A) Qual a consequência jurídica contratual prevista em lei para a punição imposta a Ronaldo? Justifique. **(Valor:**

0,65)

B) Em caso de indeferimento dos pedidos formulados por Ronaldo em reclamação trabalhista, qual a medida jurídica a ser adotada? Fundamente. **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Gabarito comentado

- A) A punição de suspensão por mais de 30 dias importa na rescisão injusta do contrato de trabalho, com base no Art. 474 da CLT.
- B) Deverá ser interposto recurso ordinário, com base no Art. 895, inciso I, da CLT.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
A. A rescisão injusta OU sem justa causa do contrato (0,55) . Indicação Art. 474, CLT (0,10) .	0,00/0,55/0,65
B. Deverá ser interposto recurso ordinário (0,50) . Indicação Art. 895, I, CLT (0,10) .	0,00/0,50/0,60

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO

Aplicada em 20/01/2019

“O gabarito preliminar da prova pratico-profissional corresponde apenas a uma expectativa de resposta, podendo ser alterado até a divulgação do padrão de respostas definitivo.” Qualquer semelhança nominal e/ou situacional presente nos enunciados das questões é mera coincidência.”

PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 4 – B007280

Enunciado

Em determinada reclamação trabalhista, o autor, um ex-empregado, questionou o desconto mensal, a título de contribuição social, previsto na convenção coletiva de sua categoria, que vigorou no ano de 2018 e que foi juntada com a petição inicial. O reclamante manifestou seu entendimento de que essa cláusula normativa é abusiva e ilegal, devendo ser anulada e, conseqüentemente, devolvido o valor que lhe foi descontado. Ele requereu, no rol de pedidos, a nulidade da cláusula em comento e a devolução da subtração efetivada sob a rubrica “contribuição social”.

Diante da situação retratada e dos ditames da CLT, responda aos itens a seguir.

- A) Qual o prazo máximo de vigência de uma convenção coletiva de trabalho? **(Valor: 0,65)**
- B) Se a ação em questão fosse proposta exclusivamente contra a empresa, que tese processual você, contratado(a) pela empresa, deveria apresentar? Justifique. **(Valor: 0,60)**

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar as respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Gabarito comentado

- A) Uma convenção coletiva de trabalho tem vigência máxima de dois anos, conforme o Art. 614, § 3º, da CLT.
- B) A tese a ser apresentada é a de que a participação dos sindicatos de classe na demanda se faz obrigatória, como litisconsortes necessários, na forma do Art. 611-A, § 5º, da CLT.

Distribuição dos Pontos

ITEM	PONTUAÇÃO
A. Vigência máxima de dois anos (0,55). Indicação Art. 614, § 3º, CLT (0,10).	0,00/0,55/0,65
B. Que se faz obrigatória a participação dos sindicatos de classe como litisconsortes necessários (0,50). Indicação Art. 611-A, § 5º, CLT (0,10).	0,00/0,50/0,60